

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO DO EDUCANDO

Cleide Selma Pereira Santos

Pedagoga e Pós-graduanda em Gestão Educacional pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Participante do NUPLEI (Núcleo de Pesquisa de Ludicidade em Educação Infantil); Assistente de alunos e Assistente do Departamento de Ensino no IFBA - Campus Jequié. Email: Cleideselma10@hotmail.com

Elisângela Soares Ribeiro

Pedagoga pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Tutora do Curso de Extensão “As Tecnologias da Informação e Comunicação e Novas Práticas Pedagógicas” (UESB); Participante do Grupo de Estudos sobre Educação, Trabalho e Gênero (UESB) e Pós-Graduanda em Metodologia do Ensino Superior (FIEF). Email: elizangelaribeiro1000@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho reflete sobre a importância do Projeto Político Pedagógico na formação do educando, revelando suas contribuições no processo de emancipação dos escolares, gestão democrática e melhoria da qualidade da educação. A discussão contempla um estudo de caso que foi desenvolvido utilizando como instrumento metodológico a entrevista semi-estruturada, com o objetivo de compreender em que perspectiva tem se constituído a elaboração e implementação deste documento, se é de forma democrática e emancipatória ou regulatória, para tanto foi realizada uma entrevista em uma escola da cidade de Jequié-BA. Percebemos que o projeto Político Pedagógico, na escola entrevistada, tem se constituído como um mero documento burocrático esquecido nas secretárias sem alcançar sua finalidade, no entanto, quando este documento cria vida contribui significativamente para a promoção de uma gestão democrática e educação emancipatória.

Palavras chave: Projeto Político Pedagógico; Emancipatório; Regulatório; Democrático.

INTRODUÇÃO

A proposta de desenvolver este artigo trazendo reflexões a cerca da importância do Projeto Político Pedagógico na formação do educando e decorre da necessidade de compreender de que forma deve ser elaborado e implantado o Projeto Político Pedagógico (PPP), instrumento que trás explícito a concepção de educação e do seu papel político na sociedade por parte dos educadores e que influencia a atuação da escola no meio social, o projeto é um instrumento fundamental para a formação dos alunos e pode se apresentar de forma regulatória ou emancipatória.

Atualmente, o maior desafio colocado às escolas é oferecer uma educação de qualidade, que prepare o educando não apenas para decodificar a escrita, mas que faça uso desta, sendo capaz de interpretar não apenas as palavras, mas a vida, de forma que se tornem seres conscientes e capazes de viverem ativamente na realidade social que lhes cerca. Segundo Gadotti (2003), qualidade na educação apresenta um conceito subjetivo e polissêmico, dentro desse contexto, o Projeto Político Pedagógico assume um papel fundamental na definição do termo qualidade, do tipo de gestão e concepção que a escola adota em sua prática, visto que este documento traça as diretrizes da escola, ou seja, seus objetivos que são baseados nas concepções de educação, indivíduo, currículo, avaliação e sociedade que os educadores e demais participantes do processo educativo possuem internalizado dentro de si.

Segundo a LDBEN nº 9394/96 é de incumbência dos estabelecimentos de ensino elaborar e executar sua proposta pedagógica. Pensar no Projeto Político Pedagógico é pensar o planejamento da escola, suas concepções políticas e metodológicas para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem em busca de seu ideal de qualidade. Deste ponto de vista, vale ressaltar que planejar significa traçar objetivos a serem alcançados e refletir numa estratégia metodológica para atingi-los. Estes objetivos não se restringem aos que são traçados para uma aula ou em um plano de curso, vai muito além, diz respeito ao objetivo educacional para a formação do sujeito na sociedade, o qual será estabelecido a partir do conceito de sujeito, educador, educação e sociedade que está implicitamente na prática pedagógica do dia a dia da escola.

Assim, a escola assume uma postura política ao definir o tipo de cidadão que deseja formar para a sociedade. A LDBEN define que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 2). Política é a arte de governar, regular as relações existentes entre partes; é o artifício, a astúcia exercida na disputa por algo; civilidade, ou seja, maneira de agir com o fim de obter o que se deseja. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a política não está restrita aos partidos, ela está presente em todos os âmbitos da vida social, no trabalho, na igreja e na escola, nesta última instituição a partir do artigo da LDBEN, acima citado, percebe-se o pensamento político introduzido no processo de ensino aprendizagem, além disso, a política está presente na localização da escola, no currículo, na forma de avaliar, na contratação dos professores, na forma de educar os alunos, no projeto político pedagógico e até na organização do corpo pedagógico.

Concepções de educação

Refletindo a cerca das concepções de educação elaboradas por diversos autores, podemos perceber a divergência existente entre os vários pensamentos. Para Durkhéim (1965), a educação deve existir para manter a ordem social, não deve existir para mudar e sim para reproduzir, para preparar o indivíduo para exercer uma atividade útil na sociedade, o autor defende as noções de equilíbrio e harmonia social se opondo à dialética e as contradições de classes, confia ao Estado todo o poder, pois acredita ser este o único capaz de organizar a educação com fins sociais. As concepções de Durkhéim (1975) originaram as teorias pedagógicas conservadoras, pois partem do princípio de que a tarefa da educação não é a transformação da sociedade, mas sua reprodução através da adaptação dos indivíduos a sua realidade, entre elas estão: a pedagogia tradicional, a pedagogia nova e a tecnicista, todas possuem um caráter reprodutor das desigualdades.

Ao contrário de Durkhéim, Marx e Engels (2005) não viam as relações sociais como algo harmônico e sim de conflito e exploração, analisando as relações de trabalho constatou que existe uma contradição, onde a riqueza de uns é adquirida por meio da exploração de outros. Nessas circunstâncias defendia o surgimento de um novo tipo de sociedade e não de tentar reformar o capitalismo, para Marx e Engels (2005) a escola serve para reproduzir os interesses dessa classe dominante por meio da propagação da sua ideologia, proporcionando-lhe a confirmação de seu status e poderio.

Roger Establet e Christian Baudelot apud Marsenas (1988) tentaram reforçar a idéia de Marx, afirmando que sendo a sociedade desigual a escolaridade também se efetuava de forma desigual, ou seja, a classe dominante é educada para continuar dirigindo enquanto a classe dominada é educada para obedecer e acreditar que nasceu para servir, oferecendo sua mão de obra com submissão. Esses autores deram origem às teorias crítico-reprodutivistas, as quais defendem a ideologia de que o professor se apresenta como reprodutor das desigualdades sociais, estando sempre a serviço dos meios de reprodução.

Diante dessa concepção, surge o pensador Georges Snyders (1981) contestando a teoria crítico-reprodutivista defendendo a idéia de que o aluno é um ser social, que pensa e reflete, não é um fantoche ou um depósito de conhecimentos e idéias, portanto, ainda que a escola possua professores que defendam os interesses da classe dominante haverá alunos que contestarão suas ideologias, assim como também haverá professores que recusarão a transmitir os valores da sociedade capitalista. As idéias deste autor ocasionaram a construção

da teoria progressista crítico social dos conteúdos, essa teoria afirma que a aquisição do conhecimento não deve ter por objetivo a erudição, mas sim a possibilidade de utilizá-los para transformar a realidade social.

“Freire (1996 p.46) afirma que “não há educação sem política educativa”, e que “ a educação não é neutra e numa sociedade marcada pela dialética entre opressor e oprimido, o não posicionamento do educador leva-o instantaneamente a apoiar o sistema vigente, que indubitavelmente está do lado dos opressores”. O autor se preocupou em proporcionar ao aluno não apenas o acesso à cultura, mas ensiná-lo a ver nas desigualdades do capitalismo um caminho para alteração da realidade, suas idéias originaram a pedagogia libertadora, a qual utiliza de conteúdos extraídos da realidade do educando para discutir sua condição social. Assim, podemos perceber que a educação nunca esteve isenta de jogos de interesses. Em concordância a Althusser (1985), atualmente na sociedade capitalista a escola tem servido como um aparelho ideológico do Estado. Concomitante as idéias de Althusser, Gadoti (1991, p.79) afirma que:

[...] a escola é um aparelho da classe dominante. Nessa sociedade, a universidade, sobretudo, tem uma função particular: formar advogados para defenderem o capital, formar médicos para cuidarem da saúde da burguesia, formar veterinários pra os grandes latifúndios, formar economistas para defenderem os interesses particulares do capitalismo, formar educadores para conservar tudo como está.

Diante destas relações do sistema, da construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico torna-se de extrema relevância na formação do indivíduo, pois a partir da análise da realidade social dos educandos a escola decidirá quanto ao seu papel, se é de conservação do status quo ou de emancipação do sujeito social, decisão que não pode ser tomada isoladamente na posição do diretor e sim em conjunto, no qual está inseridos os educadores, educandos e comunidade. Freire (2006, p. 61) ainda coloca que “nenhuma ação educativa deve prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais”, fatores que são discutidos no ato da construção do PPP, que por sua vez, trará informações que devem ser levadas em consideração durante o processo educativo.

Para Gadoti (1991, p.96) “o papel do educador é exatamente transmitir a ideologia que o movimenta enquanto ser histórico”, em outras palavras, o educador vai agir conforme a concepção de educação que possui e com os interesses de uma determinada classe que defende. Logo, se for a favor do capitalismo ele reproduzirá a ideologia dominante, se for contrário a esta ideologia, assumirá o papel de transgressor da mesma.

O papel do Projeto Político Pedagógico na educação

Percebemos que a educação não pode ser pensada de forma dissociada da política, deve haver, portanto, uma prática pedagógica consciente de seu papel político. Nesta perspectiva, segundo Veiga (2004), o PPP une o político com o pedagógico através de um processo contínuo de reflexão e discussão dos problemas da escola, possibilitando assim encontrar meios favoráveis à efetivação de sua proposta que poderá ser emancipatória ou regulatória.

Para Saviani (1982, p.93) “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente Pedagógica”, ou seja, seu potencial político está intimamente articulado ao compromisso do Projeto com os interesses de uma determinada classe social, enquanto que o Pedagógico se refere às definições de ações, da trajetória metodológica que levará ao alcance de tais propósitos e sua intencionalidade. O projeto político pedagógico é um planejamento a cerca do trabalho a ser desenvolvido pela escola, onde é pensado o seu papel na sociedade buscando um caminho para efetivar seus ideais, analisando o presente, e propondo objetivos e os meios de alcançá-los. Nas palavras de Gadotti (1994, p.579)

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

No processo de construção do Projeto Político Pedagógico deve-se refletir a cerca do tipo de educação que se deseja ter, qual deve ser seu papel na sociedade, analisar a na trajetória escolar, os pontos positivos e negativos buscando mobilizar saberes na tentativa de encontrar soluções para os problemas enfrentados, e ter um planejamento que contribua para o tipo de educação que se defende. Para Veiga (2002, p.1) planejar é “Lançarmo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente”.

Em outras palavras, significa analisar o presente, verificar o que deve ser mudado e as possibilidades de adquirir tais mudanças, ou seja, prever o futuro, para partindo daí agir de forma que garanta a efetivação dos seus planos. Este planejamento deve ser colocado em prática, para que assim alcance seus objetivos, do contrário o projeto será um mero

documento irrelevante, onde sua autenticidade servirá apenas para servir como prova de uma tarefa burocrática exigida pelas autoridades.

Vale ressaltar que quanto à construção deste documento, esta deve ser realizada de forma democrática, com a inserção do corpo docente, discente e administrativo da instituição e de toda a comunidade beneficiária das atividades da escola, a proposta elaborada no Projeto deve garantir uma educação de qualidade levando-se em consideração a diversidade existente no espaço escolar a se enquadrar numa concepção política de educação que garanta aos educandos e comunidade um maior engajamento nos espaços sociais, permitindo-lhes uma melhor atuação na sociedade. No que diz respeito à construção do Projeto Político Pedagógico, Veiga (2002) afirma que “ser necessário propiciar situações à educandos, funcionários, educadores da comunidade que lhes permita aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

Segundo Perrenoud (2000) o professor precisa ser competente o bastante para conseguir a adesão dos pais à sua metodologia, buscando envolvê-los no processo educativo. Assim como, cabe aos professores esta incumbência, também é dever da escola buscar estratégias para a inserção destes indivíduos no processo de construção das políticas educacionais, de forma que sejam sujeitos ativos na construção dos objetivos a serem alcançados, bem como nas metodologias para a efetivação destes, fazendo-se cumprir, dessa forma, o que diz a LDB ao instituir a educação como um dever da família e do Estado.

O Projeto Político Pedagógico e suas perspectivas

O projeto pode se imbuir em duas categorias: a emancipatória ou regulatória. Na construção do Projeto Político Pedagógico Emancipatório Veiga (2003) coloca que a instituição educativa repensa a estrutura de poder, suas relações sociais e seus valores, pressupõe ruptura, deslegitimando as formas instituídas, busca superar a fragmentação das ciências, é construído coletivamente e regido pelo intercâmbio e pela cooperação dos seres envolvidos no processo educativo, busca a inclusão social e o fortalecimento do diálogo, da autonomia e da unicidade e coerência do projeto com o processo formativo não se restringindo à preocupação com o trabalho metodológico e técnico, mas com a sua relação com o contexto social.

Enquanto que o Projeto Regulatório, como próprio nome já infere, regula a inovação chamando os indivíduos que deveriam ser colaboradores na sua construção a aceitar o estatuído. Apresenta uma inovação que não tem o sentido de provocar mudança, pois a

mesma não surge a partir do que já existe, mas sim de uma ideologia dominante, despreza a diversidade no espaço escolar e a inserção dos indivíduos no processo educativo serve para camuflar os verdadeiros objetivos dominantes, provocando pequenas mudanças temporárias e a sua preocupação está nos aspectos metodológicos e técnicos em detrimento do sociopolítico.

Partindo dessas reflexões a cerca das implicações do Projeto Político Pedagógico no processo educacional, quanto a sua importância para a explicitação do fazer político em conjunto com o fazer pedagógico, surgiu a indagação: Como as escolas tem elaborado seus projetos políticos pedagógicos e em que perspectiva tem sido implementado, regulatória ou emancipatória?

Foi então realizada uma pesquisa no intuito de responder este questionamento a partir de uma reflexão sobre as propostas realizadas no projeto político pedagógico e das suas ações em prol da efetivação destas propostas. A princípio foi escolhida uma escola municipal de nível fundamental, no entanto, ao sairmos a campo, o primeiro desafio que nos foi imposto para a realização desta pesquisa foi encontrar uma escola que tivesse tal documento. Após visitar três escolas municipais, encontramos uma instituição de ensino localizada no bairro Joaquim Romão, cujo publico alvo atendido é oriundo das classes menos favorecidas, residente no mesmo bairro da escola. A escola funciona nos três turnos, atendendo níveis do ensino fundamental I, com ciclo de formação III no período matutino, ciclo de formação II no vespertino, e a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) no turno noturno.

A estrutura do prédio comporta dez salas de aulas, uma biblioteca, uma sala de informática, um auditório de eventos, uma secretaria, uma sala de coordenação pedagógica, um espaço para recreação e uma cozinha. Possui também, uma sala multifuncional que atende nos dois turnos diurnos a alunos portadores de necessidades educativas especiais, estes alunos são matriculados em um turno no ensino regular e no turno oposto recebe o apoio suplementar nesta sala sob a orientação de uma psicopedagoga.

A escola descrita acima possui um projeto político pedagógico que está desatualizado, segundo a coordenadora o mesmo passará por um processo de reformulação. O documento apresenta as características da instituição de ensino, um pouco de sua história e formação, descreve sua estrutura organizacional a partir de sua hierarquia, seus dados cadastrais, bem como seu quadro funcional de pessoal. Discutem questões relacionadas ao perfil dos alunos, comunidade em torno, conselho escolar e ressalta a importância do referido documento para o desenvolvimento da escola por sua missão, visão e valores que pretende formar.

O Projeto Político Pedagógico em questão vê o homem como sujeito da educação, um ser da práxis; a cultura como aquisição sistemática da experiência humana; a elaboração e o desenvolvimento do conhecimento como elementos ligados ao processo de conscientização; a escola como instituição que existe num contexto histórico que deve ser valorizado no processo de ensino aprendizagem; a educação como desvelamento da realidade; a relação professor-aluno baseada numa prática dialógica e horizontal e a avaliação como um processo contínuo ocorrendo de forma mútua, ou seja, ocorre tanto no âmbito educacional do aluno como na prática do professor, analisando os pontos positivos e negativos em busca de superação dos problemas encontrados tendo em vista o alcance da missão.

Segundo informações obtidas na entrevista realizada com a coordenadora da escola, na construção desse projeto vários aspectos foram discutidos, desde o planejamento participativo e estratégico como fortes recursos na construção da identidade que a escola quer construir, até as questões voltadas à cultura escolar, a gestão democrática, a educação baseada em direitos humanos, o currículo escolar, bem como as estratégias adotadas na metodologia de ensino, aspectos referentes a administração financeira, jurídica e comunitária presentes no ambiente educativo e que apresentam o retrato da realidade global da comunidade escolar.

O objetivo principal do Projeto Político Pedagógico dessa escola é o fortalecimento do compromisso e participação de toda a comunidade escolar, principalmente seus professores, pais e alunos para assegurar o ensino de qualidade que garanta não apenas o acesso dos alunos à escola, mas a permanência e o sucesso destes; combater o alto índice de repetência, de evasão escolar e de violência; melhorar a convivência democrática trabalhando em coletividade; instituindo práticas de diálogos grupais a cerca dos assuntos concernentes à educação; fortalecer o relacionamento entre escola e comunidade; construindo parcerias e propondo estratégias para atraí-la para o âmbito escolar; organizar o espaço escolar em condições efetivas de aprendizagem e inclusão; oferecer iniciativas culturais e artísticas; criar e implementar um sistema de avaliação de acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem, conscientizar os educandos quanto aos seus direitos como cidadãos, incentivando-os a atuarem como sujeitos ativos na sociedade, enfim oportunizar a construção de uma escola efetivamente democrática, participativa e inclusiva.

Quanto aos avanços obtidos por meio da execução deste projeto, a coordenadora pedagógica afirmou que tiveram poucos, mas foram significativos, foram eles: uma maior integração da comunidade à escola, um melhor engajamento dos professores na sua prática docente, mais

afetividade entre professores e alunos e entre os profissionais da educação, houve também uma maior inclusão de alunos portadores de necessidades especiais.

O documento foi elaborado numa perspectiva de projeto político pedagógico emancipatório, pois, segundo informações, foi construído de forma democrática, onde todos os profissionais se reuniram e discutiram as problemáticas e apresentaram possibilidades de mudança na realidade avaliada. O projeto apresenta uma preocupação com a inclusão escolar de alunos portadores de necessidades educativas especiais, e objetiva atender às necessidades da diversidade encontrada no contexto escolar, propõe um ensino interdisciplinar, busca o rompimento com a avaliação excludente à participação da comunidade no processo educacional da escola e tem uma concepção de sujeito ativo na sociedade.

Este tipo de Projeto Político Pedagógico apresenta características de um PPP emancipatório que segundo Veiga (2000, p.3) “está voltado para a inclusão, favorece o diálogo, a cooperação, há vínculo entre autonomia e projeto político-pedagógico, configura unicidade e coerência ao processo educativo e é construído coletivamente”. Apesar de sua formação filosófica embasada em ideais de emancipação e dos objetivos alcançados, o projeto acabou se enquadrando numa visão regulatória, pois o mesmo já não é mais utilizado pelo grupo escolar, além de já não atender as necessidades do público atual devido às mudanças que ocorreram ao longo dos anos. Essa afirmação é embasada na fala da coordenadora que afirmou que “o mesmo não tem sido o eixo norteador dos educadores e que existem muitos aspectos que devem ser reavaliados com base no novo público que a escola atende.”

Nosso objetivo aqui, não é culpabilizar os sujeitos pelo fato de não utilizarem o planejamento na instituição, mas sim ressaltar a importância deste planejamento na busca de qualidade da educação, bem como seu papel na gestão escolar. Sabemos que há fatores externos que afetam o ato de planejar, no entanto, não há dúvidas que o planejamento se faz necessário e que a este antecede uma avaliação institucional, pois a partir dela se reunirá informações e conhecimentos sobre a realidade que se pretende modificar.

Vale ressaltar que a avaliação institucional se constitui em um instrumento de fundamental importância na busca da qualidade educacional e aprimoramento do trabalho desenvolvido, pois além de nos remeter a uma reflexão sobre as ações desenvolvidas no âmbito institucional, possibilita o conhecimento sobre as potencialidades e carências da instituição, ou seja, nos fornece informações necessárias para a construção de um planejamento que poderá intervir na realidade a fim de modificá-la.

O planejamento deve ocorrer de forma participativa, envolvendo o maior número possível de membros das categorias que constituem a escola, sua elaboração e implementação reaviva continuamente o processo de reflexão das ações desenvolvidas pela comunidade escolar.

É importante destacar que o planejamento é um ato político e imprescindível à ação educativa e ao fazer pedagógico. Vasconcelos (2000, p.63) define o planejamento “enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para a ação, que, em função de tal mediação, passa a ser consciente e intencional”. Assim, a elaboração do planejamento deve ser baseada numa análise da realidade, propondo os objetivos e meios de alcançá-los. Na perspectiva da gestão democrática, o planejamento se constitui em um instrumento de promoção da interação e do diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo educacional, por permitir que estes reflitam sobre as ações desenvolvidas e discutam a cerca das propostas de melhorias na avaliação do projeto político pedagógico.

Considerações finais

Analisando as informações coletadas na entrevista, percebemos que o projeto político pedagógico na escola pesquisada ainda se caracteriza como um instrumento elaborado para fins burocrático, passando a perder sua essência, não atingindo seu verdadeiro objetivo, não promovendo a emancipação, nem tampouco colaborando significativamente com a efetivação de uma gestão democrática.

Vale ressaltar que não basta elaborar um documento contendo as necessidades e os objetivos educacionais, faz-se necessário que todo o corpo docente e gestacional da escola juntamente a comunidade e educandos se reúnam para avaliarem a instituição e com base nos dados obtidos elaborem e implementem o projeto, fazendo com que este documento seja constantemente vivenciado e avaliado.

Na construção deste documento é importante destacar, que a educação possui um papel político e social na sociedade, portanto, é indispensável que o educador assuma seu papel a fim de cooperar com a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade, oferecendo, para isso, uma educação que proporcione aos educandos não apenas a decodificação da escrita, mas a leitura e interpretação do mundo.

Nessa perspectiva o educador não pode assumir um perfil de dono da verdade, deve está aberto ao novo, questionando-se e se deixando ser afrontado acerca das suas concepções,

buscando responder aos questionamentos a respeito da função da escola, analisando para quem ela serve para quem é e contra quem é, buscando assim uma unidade pedagógica que não existirá somente no projeto pedagógico, como também na prática pedagógica desenvolvida na escola.

Enfim, o PPP se constitui em um instrumento indispensável e de grande relevância na formação do educando, pois na trajetória, rumo a uma educação de qualidade este documento, quando cria vida, assume um papel de extrema relevância na concretização dos objetivos da escola, pois ele conceitua o termo qualidade, por este ser subjetivo e polissêmico, bem como indica as diretrizes, o caminho a seguir rumo a esta qualidade da educação que é definida a partir de discussões realizadas entre o maior número possível dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FREIRE, Ana Maria (org.) **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Política e educação: ensaios**. 5ed. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 13ª edição São Paulo: Paz e Terra, 1996- coleção leitura.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. Congresso de Educação Básica. Florianópolis, UFSC, nº 01, p. 1-18, 2003.

_____. **A postura do educador numa sociedade em conflito**. In: Educação e poder. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **"Pressupostos do projeto pedagógico"**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

MARSENAS, Paulo. **Sociologia da educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. São Paulo. Ed. Loyola, 1988.

MARX, Karl & ENGELS, Frederick. **A Ideologia Alemã**. Editora Martin Claret, 2005.

PERRENOUD, P. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **"Para além da curvatura da 'vara'"**. In: Revista Ande nº 3. São Paulo, 1982.

VASCONCELOS, Celso dos santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico- elementos metodológicos para elaboração e realização**. 16ª Ed. São Paulo: Libertad, 2006 (1995). (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.1)

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papirus, 2002.

_____ **Inovações e Projeto Político-pedagógico: Uma Relação Regulatória ou Emancipatória?** Cadernos Cedes - n.61 – 2003.